



## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

### MEMÓRIA REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data: 30 de novembro de 2012**

<b>MEMBROS SEDS</b>	<b>MEMBROS COGEMAS</b>
<b>Titular:</b> Letícia Codagnone Raymundo - Coordenadora	<b>Titular:</b> Marry Salete Dal Pra Ducci - Curitiba
<b>Titular:</b> Gladys Maria Teixeira Tortato	<b>Titular:</b> Ederson Margarizi Dalpiaz - Foz do Iguaçu
<b>Titular:</b> Larissa Marsolik Tissot	<b>Titular:</b> Marcela Laino Verrilo - Umuarama

<b>MEMBROS SECRETARIA TÉCNICA</b>
Marilene Teixeira Motter Deizi Fátima B. Zamzoum Godofredo Steinwandt Neto Renata Mareziuzek dos Santos Leonardo Ferreira Márcia Mazzarotto

Presentes  
Roseli Lemos Schinemann  
Renata Mareziuzek dos Santos  
José Roberto Zanchi  
Carmen Pereira Zadra  
Patricia Fabiana França  
Maria Leonor Zanella  
Juliana Sabagg  
Elenice Malzoni



## **APRESENTAÇÃO**

A Coordenadora da CIB/PR, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, agradece a presença de todos os membros da CIB durante o ano de 2012, ressalta a falta de quorum da representação dos gestores municipais e sinaliza a possibilidade de se levar para a aprovação do CEAS os assuntos que necessitarem de pactuação, caso o quórum não esteja completo até o momento das pactuações.

## **PAUTA DA REUNIÃO**

- Aprovação da memória da reunião;
- Plano Estadual de Assistência Social;
- Plano Municipal de Assistência Social - reabertura para atualização;
- Plano Estadual de Capacitação;
- Capacita SUAS;
- Comissão de Acompanhamento aos Municípios;
- Câmaras Técnicas
  - Repasse Fundo a Fundo
  - Proposta de Reordenamento de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Superação do Plano de Providências Habilitação do município de Figueira;
- Calendário de reuniões para o ano de 2013;

### *INFORMES*

- Plano de Providências Metas CRAS;
- Planos de Apoio Habilitação;
- Informes da Secretaria Executiva;

## **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DE REUNIÃO DE 30/10/2012**

A memória foi aprovada sem ressalvas.

## **PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Coordenadora da CIB ressalta a importância da aprovação do Plano Estadual de Assistência Social - PEAS, tendo em vista que é um importante instrumento de gestão. Lembra que o plano foi encaminhado previamente aos integrantes da CIB, para apreciarem o conteúdo e realizarem possíveis considerações. Parabeniza a equipe da SEDS, em especial da Coordenação de Gestão do SUAS pela dedicação e empenho na elaboração do instrumento.

Salienta que o PEAS contempla as novas diretrizes delineadas pela NOB, que está para ser aprovada, e está em consonância com as deliberações das Conferências de Assistência Social, com as demandas apontadas pelos municípios nos Planos Municipais de Assistência Social - PMAS e com o Plano Plurianual 2012-2015. Explica que a SEDS tem como intenção para 2013, desmembrar o PEAS em 23 Planos Regionais.

A Sra. Larissa Marsolik Tissot apresenta a estrutura do Plano Estadual de Assistência Social: Panorama Paranaense, Gestão do SUAS, Programas da Gestão Estadual de Enfrentamento à Pobreza, Diretrizes, Objetivos, Ações e Estratégias, Mecanismos e Fontes de Financiamento, Monitoramento e Avaliação.

O Sr. Ederson Margarizi Dalpiaz, representante dos gestores municipais, destaca que o plano é bem prático, não se resumindo à conteúdos teóricos. Considera que o instrumento está em consonância com a realidade dos municípios.

A Comissão Intergestores Bipartite aprovou o Plano Estadual de Assistência Social, o qual deve seguir para deliberação do CEAS.

### **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - REABERTURA PARA ATUALIZAÇÃO**

A Sra Renata Mareziuzek dos Santos, técnica da Coordenação de Gestão do SUAS, explica que no início de 2012, a SEDS abriu o sistema para os municípios elaborarem seus planos para os anos 2012 e 2013. Considerando que muitos municípios terão alterações de gestores, a proposta é que o sistema informatizado do plano municipal seja reaberto em fevereiro de 2013 e que permaneça disponível por 2 meses, para os municípios realizarem suas atualizações. As equipes regionais da SEDS poderão dar assistência aos gestores.

A Sra Renata Mareziuzek dos Santos contextualiza que o apoio e assessoramento dos Escritórios Regionais refletiu na adesão dos municípios ao elaborarem o PMAS; na primeira etapa houve adesão de 94% dos municípios e que, na segunda etapa, os que não preencheram dentro do prazo enviaram justificativa, e que na última reunião da CIB constatou-se a participação de 100% dos municípios.

O Colegiado aprovou a reabertura do sistema, definindo o período de 18/02/2013 a 19/04/2013 para atualizações do instrumento pelo município.



## PLANO ESTADUAL DE CAPACITAÇÃO

O Sr Pedro Braga Carneiro, técnico da Coordenação da Gestão do SUAS explana as ações realizadas referentes a capacitação e assessoramento realizados em 2011 e 2012. Esses dados foram colhidos a partir de consulta às coordenações da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) e a compilação realizada pela Coordenação da Gestão do SUAS.

A Sra Larissa Marsolik Tissot salienta que se faz necessário elencar as capacitações e assessoramento e aplicação do recurso para dar ciência ao colegiado do trabalho realizado.

O Sr Pedro Braga Carneiro, relata que foram investidos R\$1.419.804,70, em pagamento de palestrante, deslocamento de servidores, licitação da parte logística do curso e material de apoio. Apresenta o quadro de capacitações e assessorias 2011/2012, a seguir:

### CAPACITAÇÕES:

Data	Evento	Vagas Ofertadas	Participantes Certificados	Participantes dos ERs
24/08/11	Curso: Desafios PBF e BSM	65	65	0
25/8/11 a 17/8/12	Capacitação Instrutores CadÚnico	37	33	1
23/11/11	Capacitação Programa Atitude	45	45	8
14 a 16/11/12	Desafios Contemporâneos do SUAS	81	81	57
30/11/11	Curso: A Política de AS e a Gestão do SUAS	1639	1107	70
13/3 e 17/4/12	Seminário Programa Família Paranaense	470	405	32
20/3 a 20/4/12	Capacitação Operadores CadÚnico	200	186	0
30/04/12	Mobilização: Feirão do Emprego	30	30	0
16 a 18/5/12	Seminário 18 de maio	350	320	8

24/7 a 5/9/12	Curso: Controle Social SUAS	1824	1413	62
6 a 9/8/12	Curso: Gestão do CRAS	79	65	52
22 a 24/8/12	Curso: CREAS e Liberdade Cidadã	452	412	60
19 a 21/9/12	Gestão do CadÚnico / Família Paranaense	65	55	0
30/10/12	Oficina: Busca Ativa	100	70	0
27/11/12	Curso: Centros da Juventude	108	108	21
7/11/12 a 7/12/12	Curso: Enfrentamento ao Trabalho Infantil	850	593	50
<b>Total:</b>	<b>Investimento: R\$ 1.419.804,70</b>	<b>6455</b>	<b>5038 (78,05%)</b>	<b>421 (8,36%)</b>

A Sra Larissa Marsolik Tissot, destaca as 421 (8,36%) participações dos técnicos dos Escritórios Regionais e ressalta a importância deste investimento, tendo em vista a discussão na CIB durante o ano, referente a capacitação das equipes dos Escritórios Regionais.

### ACÇÕES PLANEJADAS - 2013:

CURSO:	VALORES PREVISTOS (R\$):	N.º DE VAGAS:
Crescer em Família	217697,8	400
Enfrentamento à Violência	535995	1000
Desafios Contemporâneos do SUAS	14286	110
Serviços Tipificados PSB	64000	1260
CapacitaSUAS	1461600	2030
<b>Total:</b>	<b>2293578</b>	<b>4800</b>

### CAPACITAÇÕES 2011 - 2013:

Investimento Total (R\$):	Valores Executados:	Valores Previstos:
3713382,7	1419804,7	2293578
Total de Vagas:	Vagas Ofertadas:	Vagas a Ofertar:
11255	6455	4800



### ASSESSORIAS:

O Sr Pedro Braga Carneiro, apresenta o quadro abaixo:

<b>Data:</b>	<b>Ação:</b>	<b>Servidores dos ERs participantes:</b>
9/3 a 18/4/12	5 Macro Regionais - PMAS	51
30/5 a 31/7/12	23 Reuniões Regionais - Família Paranaense	102
10/6 a 10/7/12	23 Reuniões Regionais - Assessoria PSE	96
24/08/12	3 Macro Regionais - Família Paranaense	21
25/09/12	Reunião Técnica - Adolescente Paranaense	23
6 a 8/11/12	Reunião CNAS - NOB	22
17/2 - 12/12	Reuniões com Chefes de ERs	23
<b>Valores investidos (total): R\$ 231.289,70</b>		

A Sra Larissa Marsolik Tissot, ressalta a importância das ações de Assessoria da Sede/SEDS ao Escritório Regional nos assuntos pertinentes aos Planos de Providência dos Municípios.

### WEBCONFERÊNCIAS:

<b>Data:</b>	<b>Tema:</b>
14/02/12	Sistema Integrado de Transferências - SIT
9 e 12/3/12	Plano Municipal de Assistência Social
03/05/12	Central de Viagens
04/06/12	Família Paranaense
19/06/12	BPC na Escola
11/06/12	Financiamento no SUAS
24/07/12	Instâncias de Pactuação e Controle Social
18/08/12	Enfrentamento ao Trabalho Infantil
30/07/12	Programa Liberdade Cidadã
29/08/12	Monitoramento e Avaliação no SUAS
26/09/12	CRAS, PAIF e Equipes Volantes
<b>Total de Web-expectadores: 7023</b>	

A Sra Larissa Marsolik Tissot, evidencia que as webconferências apresentam uma perspectiva de inovação, as avaliações são extremamente positivas, pois este não é um evento de capacitação formativo, mas um evento de repasse de informações. Destaca ainda, a participação de 27 servidores no evento do CNAS, para discutir a NOB, visando instrumentalizar os Escritórios Regionais para orientarem os municípios no reordenamento para 2013. Salienta que todas as capacitações aqui previstas e demonstradas foram acompanhadas pelo CEAS, e estão previstas no Plano Estadual de Capacitação.

## **CAPACITA SUAS**

O Sr Pedro Braga Carneiro, técnico da Coordenação da Gestão do SUAS, apresenta a proposta de vagas do Capacita/SUAS para apreciação na Coordenação Intergestores Bipartite. A proposta é de que sejam indicadas vagas por porte do município, e que este possua autonomia para seu preenchimento. As 2030 vagas foram deliberadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. A divisão será em dois eixos: curso de atualização e curso de introdução, com a importância de se contemplar os 191 trabalhadores do Paraná de nível superior que trabalham em programas que receberam expansão do cofinanciamento federal em 2012, sendo 78 municípios contemplados. Salienta que cada município terá direito a um número mínimo de vagas, e no caso de não preenchimento destas as vagas remanescentes, serão disponibilizadas para outros municípios, conforme critério estabelecido.

O Sr Pedro Braga Carneiro, explana sobre a distribuição de vagas por porte de município, conforme quadro a seguir:

Porte Populacional <sup>1</sup>	Quantidade Municípios 2010	Vagas para cursos de introdução/nivelamento para trabalhadores do SUAS	Vagas para cursos de atualização para gestores do SUAS
Pequeno Porte I - Até 20 mil habitantes	312	624	312
Pequeno Porte II - de 20.001 à 50 mil habitantes	55	220	110
Médio Porte - de 50.001 a 100 mil habitantes	14	112	56



Grande Porte - de 100.001 a 900 mil habitantes	17	272	136
Metrópole - acima de 900.001 habitantes	1	32	16
Vagas Extras Para Municípios em Gestão Plena	-	38	38
Vagas para Estado (até 5%)	-	28	36
Total	399	1326	704
Total de vagas: 2030			

A Sra Marcela Laino Verrilo sugere que seja determinado um mínimo de exigência para estimular à participação dos municípios, para todos aderirem às capacitações.

O Sr Pedro Braga Carneiro sugere que a contribuição da Sra Marcela Laino Verrilo seja estendida à outros instrumentos, e de alguma forma envolva o cofinanciamento como estímulo à participação dos municípios às capacitações.

A Sra Larissa Marsolik Tissot, relata a dificuldade de muitos técnicos de comparecerem à capacitação, mesmo realizando inscrição, não conseguem cumprir a carga horária.

A Sra Marcela Laino Verrilo elogia a qualidade da capacitação da qual fez parte, com grande aproveitamento e participação.

O Sr Pedro Braga Carneiro apresenta os critérios de distribuição de vagas por porte de municípios, conforme elencado abaixo:

- pequeno porte I: 2 vagas para trabalhadores dos serviços e 1 vaga para trabalhador da gestão;
- pequeno porte II: 4 vagas para trabalhadores dos serviços e 2 vagas para trabalhadores da gestão;
- médio porte: 8 vagas para trabalhadores dos serviços 4 para trabalhadores da gestão;
- grande porte: 16 vagas para trabalhadores dos serviços e 8 para trabalhadores da gestão;
- Metrópole: 32 vagas para trabalhadores dos serviços e 16 para trabalhadores da gestão;
- Estado: 36 vagas para curso de atualização e 28 para curso de introdução;

Explana que esta distribuição permite que os 191 trabalhadores de nível superior dos 79 municípios paranaenses com Expansão de cofinanciamento do MDS em 2012 sejam contemplados. Sugere ainda que os municípios em Gestão Plena terão direito a uma vaga

adicional por curso. Para as vagas remanescentes serão utilizados os seguintes critérios de priorização:

- Municípios sem pendências de habilitação (Planos de Providência);
- Atualização do CadSUAS em 2012;
- Equipes de Referência completas;
- Mais de 50% de servidores efetivos, em acordo com o CadSUAS;
- Vagas remanescentes serão ofertadas a municípios que aderiram ao Programa Família Paranaense.

As capacitações devem ter início entre abril e junho de 2013, com carga horária de 40 horas. Os candidatos interessados deverão se inscrever no sistema Escola de Governo e as inscrições serão validadas pelos gerentes dos cursos mediante termo de compromisso, onde no qual o município se responsabiliza pela liberação e eventual transporte e deve indicar qual o vínculo do participante com o município. Todos os participantes deverão ter vínculo com o Estado e Municípios, preferencialmente servidores efetivos, conforme termo de aceite assinado pelo Estado junto a União.

A CIB aprovou a proposta de vagas do Capacita/SUAS.

## **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AOS MUNICÍPIOS**

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato entrega relatório e informa sobre a visita técnica da Comissão Intergestores Bipartite aos CRAS de Foz do Iguaçu, com a participação do gestor e equipe técnica do município, explanando a situação enfrentada pelo município com relação à política da assistência social. Relata que foram visitados os 4 CRAS - Norte, Sul, Leste, Oeste, onde somente o CRAS Leste desenvolvia atividades previstas nas normativas do SUAS. O CRAS Sul possui boa estrutura física e os demais apresentavam-se precários. As equipes de referência também não estão de acordo com a NOB/SUAS.

O Sr Ederson Margarizi Dalpiaz, membro do colegiado e gestor da Assistência Social do município de Foz do Iguaçu considera que relatórios sobre o município realizados até então, não retratavam com fidelidade a situação. Elogia o documento feito a partir da última visita técnica, informa que a transformação no município está ocorrendo e menciona que os recursos de 2005 à 2009, foram devolvidos ao Governo Federal por não execução dos serviços. Apresenta documentos com informação das reformas a serem realizadas e que o

município de Foz do Iguaçu tem estrutura semelhante a outros municípios, que também possuem pendências. Afirma que a grande dificuldade do município é a questão de recursos humanos.

A Sra. Gladys Maria Teixeira Tortato informa ainda que o Ministério Público da comarca de Foz do Iguaçu comprometeu-se em participar da visita ao município, porém não compareceu e não justificou sua ausência. O Sr Ederson Margarizi Dalpiaz informa que a promotoria está ciente da situação do Município, e acompanha o processo.

A Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, ressalta o esforço do município de Foz do Iguaçu na resolução das pendências. Reforça que esse apoio e acompanhamento deve ser realizado em todos os municípios que possuem pendências.

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, relata que foi acordado nessa visita o compromisso entre o chefe do Escritório Regional da SEDS, juntamente com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, que assumiram compromisso de buscar junto ao Prefeito eleito a reestruturação da Política Pública de Assistência Social no município de Foz do Iguaçu.

A Comissão Intergestores Bipartite enviará cópia do relatório para o Ministério Público da comarca de Foz do Iguaçu.

## **PROPOSTA DE REORDENAMENTO DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Na Câmara Técnica instituída no âmbito da CIB para tratar do assunto, foram levantados alguns questionamentos e sugestões que foram enviados através de ofício à Comissão Intergestores Tripartite (CIT), sugerindo revisão no modelo de reordenamento proposto. Esta questão deveria ser discutida em reunião que ocorreria no dia 23/11/2012, onde seria pactuado o reordenamento, porém a reunião foi cancelada.

O Sr Nircélio Zabot, membro deste colegiado e coordenador da Renda de Cidadania explana sobre a mudança no tratamento das condicionalidades pois pelas regras atuais acabam punindo as famílias mais vulneráveis. A pactuação realizada na CIT para integração entre programas e benefícios, não está funcionando por deficiências no acompanhamento familiar. A conclusão do MDS é que deverá sair uma nova orientação, e que as condicionalidades

passem a ter repercussão a partir do sexto mês, e não no décimo oitavo mês, ou seja, após 6 meses de cumprimento das condicionalidades, a família passa a zerar os efeitos dos bloqueios dos benefícios. Pela primeira vez ocorreu uma pactuação entre Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria de Renda e Cidadania. O MDS está avançando no sentido de dar condições aos municípios acompanharem estas famílias, disponibilizando informações.

### **REPASSE FUNDO A FUNDO**

A Sra. Letícia Raymundo ressalta a importância da Câmara Técnica instituída na CIB que discutiu a implantação do repasse Fundo a Fundo para cofinanciamento da Política de Assistência Social no Paraná, para que o Estado esteja devidamente habilitado na Gestão Estadual, em cumprimento das exigências impostas pela NOB/SUAS. Ressalta que os recursos no FEAS ainda não são suficientes, por não haver uma conquista histórica de alocação de recursos no fundo. Destaca ainda que a Secretária da Família e Desenvolvimento Social Fernanda Richa, está fazendo todo o esforço possível para ampliar estes recursos e que nesse primeiro processo de cofinanciamento, será destinado pouco mais de R\$ 6.000.000,00. A Sra. Marcela Divair Martins Evangelista, assessora técnica da SEDS, a qual foi relatora da Câmara Técnica instituída para discutir o cofinanciamento, informa que o grupo reuniu-se no dia 22/11/2011 e apresenta a proposta de regulamentação do Piso Paranaense de Assistência Social que atenderá as Proteções Básica e Especial, o aprimoramento da gestão e os benefícios eventuais. Como os recursos ainda não permitem atender todo o Estado, o cofinanciamento priorizaria, num primeiro momento, os municípios de pequeno porte I. Pretende-se que até o primeiro semestre de 2013, sejam realizadas as tramitações para viabilizar o início do repasse fundo a fundo, como pactuar na CIB, deliberar no CEAS, passar pela análise da PGE e ainda tratar com o Tribunal de Contas e Ministério Público como se dará a forma legal para se realizar essa transferência. Relata que a estimativa é que em julho de 2013 já se possa iniciar o procedimento de repasse. Além do Piso Paranaense, cria-se ainda um incentivo para o programa Família Paranaense. Para os benefícios eventuais, a proposta é permitir somente a despesa de custeio. Para as demais áreas, o recurso poderá ser utilizado para investimentos (equipamentos). Destaca ainda que o repasse deve passar pela aprovação e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

A Sra Marcela Divair Martins Evangelista, relata a possibilidade do repasse para calamidade pública, a qual pela comprovação do Estado, o município pode receber esse recurso de forma pontual. Ressalta que todo novo critério ou mudança no documento, deverá ser pactuado na CIB e deliberado no CEAS e repassado as informações para os municípios. Pretende-se criar um manual para subsidiar os municípios na execução desse recurso.

A Sra Larissa Marsolik Tissot, destaca que será realizado capacitação de 40h de atualização em gestão financeira para os técnicos do órgão gestor no primeiro trimestre de 2013, e a Web conferência que ocorre neste mesmo dia com o tema, Gestão financeira.

A Sra Marcela Evangelista, explana que o repasse fundo a fundo deverá ser semelhante ao IGD, sendo que a receita será apropriada de acordo com a decisão de cada município, que fará um planejamento trimestral. A proposta inicial seria priorizar 86 municípios de pequeno porte I, sendo R\$ 2,50 per capita para 2500 famílias referenciadas, num valor mensal de R\$ 6.250,00, totalizando R\$ 75.000 por ano.

Para prestação de contas, será realizado relatório de gestão físico financeiro semestralmente, preenchido pelo município e aprovado pelo Conselho Municipal e encaminhado para a SEDS.

A Câmara Técnica também apresentou outra proposta, a de R\$ 1,80 per capita para atender mil famílias referenciadas, e atingir 312 municípios, ou seja, a totalidade dos municípios de pequeno porte I. Porém, o Colegiado entendeu que os recursos seriam pulverizados e trariam pouco impacto. Os municípios de maior porte serão contemplados assim haja disponibilidade orçamentária.

Em momento histórico para a Política de Assistência Social do Paraná, a Comissão Intergestores Bipartite aprovou o primeiro repasse Fundo a Fundo para os municípios do Estado do Paraná, com a proposta de minuta de Resolução de Repasse Fundo a Fundo a ser apresentada e deliberada pelo CEAS, com previsão inicial para 86 municípios de Pequeno Porte I, a um valor per capita de R\$ 2,50, para até 2500 famílias referenciadas, com repasse mensal de R\$ 6.250,00 por município, perfazendo o valor de R\$ 75.000,00 por ano.

## **SUPERAÇÃO DO PLANO DE PROVIDÊNCIAS HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA**

A Sra Marilene Teixeira Motter expõe que o Município de Figueira apresentou toda a documentação referente à superação do Plano de Providências Habilitação.

A Comissão Intergestores Bipartite considerou o município habilitado à Gestão Básica do

SUAS.

## **CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA O ANO DE 2013**

A Sra Marilene Teixeira Motter apresenta a proposta de calendário das reuniões para o ano de 2013.

FEVEREIRO	26/02/13
MARÇO	26/03/13
MAIO	28/05/13
JULHO	23/07/13
SETEMBRO	24/09/13
NOVEMBRO	26/11/13

A Comissão Intergestores Bipartite aprova o calendário.

### **INFORMES**

#### **PLANO DE PROVIDÊNCIAS METAS CRAS**

O Plano de Providências Metas CRAS 2010/2011 será apresentado na próxima reunião da CIB, em fevereiro de 2013.

#### **PLANOS DE APOIO HABILITAÇÃO**

Foi sugerido apresentar no informativo da CIB, panorama das ações do Plano de Apoio Habilitação que foram desencadeadas pela Coordenação de Gestão do SUAS para instrumentalizar os municípios.

- Emissão de orientações das possibilidades existentes em relação à insuficiência de equipe de referência do CRAS, de acordo com as normativas do SUAS;
- Elaboração e envio de nota técnica explanando o objetivo da secretaria técnica do Conselho;
- Realização do Curso Controle Social;
- Envio das Notas técnicas do CEAS existentes;
- Emissão de orientações das possibilidades existentes quanto a descrição da localização, espaço físico, equipe técnica existente área de abrangência (território) e a rede de proteção social básica existente no território e proximidades;
- Realização de Web-Conferência sobre a estrutura do CRAS;

- Realização de Web Conferência, especificamente sobre os instrumentos financeiros necessários à Habilitação;
- Emissão de orientações das possibilidades existentes quanto a ausência de técnico de nível médio concursado e profissional assistente social e psicólogo;
- Apoio técnico e assessoria para a readequação em relação à insuficiência no horário de funcionamento, inadequação na estrutura física, ausência de adequação dos serviços socioassistenciais executados.